



Yehud no período persa

Yehud in the Persian period

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI^a

Resumo

Do ponto de vista geográfico e demográfico Yehud era uma província pequena e sua economia poderia ser considerada de subsistência rural. O período persa foi marcado por conflitos internos e externos, o que aumentava a miséria da grande maioria dos habitantes da província. No entanto, o caos social atingia de forma diferente o povo, dividindo a população entre aqueles que viviam na miséria e aqueles que integravam a elite urbana. O artigo pretende descrever o contexto social e político de Yehud a fim de reconstruir o cenário socioeconômico dessa província. A realização da presente pesquisa acontece a partir do diálogo com historiadores de Israel e Palestina, historiadores sociais, arqueólogos, exegetas e biblistas, visando compor o embasamento teórico a respeito do tema pesquisado.

Palavras-chave: Yehud. Arqueologia. Período persa. Pobreza.

Abstract

From a geographical and demographic point of view Yehud was a small province and its economy could be considered rural subsistence. A period marked by internal and external conflicts that increased the misery of the vast majority of the province's inhabitants. However, social chaos affected the people differently, dividing the population between those living in misery and those belonging to the urban elite. The article intends to describe Yehud's social and political context in order to reconstruct the socioeconomic scenario of the province. This research is carried out through dialogue with Israeli and Palestinian historians, social historians, archaeologists, exegetes and biblical scholars, with the aim of providing a theoretical basis for the research topic.

Keywords: Yehud. Archaeology. Persian period. Poverty.

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: luiz.rossi@pucpr.br

Introdução

O ano de 539 a.C. é especial na história do antigo Oriente Próximo e de especial importância na história de Israel. Nesse ano, sem qualquer conflito bélico com a Babilônia, Ciro se torna rei e herdeiro do reino babilônico que se estendia até a fronteira do Egito (KESSLER, 2013) e, entre os inúmeros povos que estavam na Babilônia e que passaram imediatamente ao controle dos persas, encontrava-se o povo judeu.

Yehud era uma província pequena e com uma economia de subsistência rural. Mesmo não ocupando uma posição estratégica do ponto de vista geográfico e econômico, deveria contribuir compulsoriamente para os cofres imperiais. Uma época, portanto, que pode ser considerada de enorme miserabilização da grande maioria dos habitantes da província. No entanto, não se deve descuidar que a situação da província atingia de forma diferente o povo, estabelecendo aqueles que viviam na miséria e aqueles que integravam a elite urbana. Jerusalém, a única área urbana, ainda não tinha mais do que algumas centenas de pessoas, na melhor das hipóteses.

Fome, pobreza e desespero formavam uma tríade abominável que perseguia homens, mulheres e crianças. Porém, quando falamos em povo, não podemos assumir a expressão em sua generalidade — uma que indicasse, por exemplo, a totalidade das pessoas que compunham Israel no período persa. A tríade do mal atingia, preferencialmente, aqueles que eram vulneráveis e que lutavam no limite entre a vida e a morte. E, enquanto muitos lutavam interminavelmente contra as forças da morte, outros, muitos outros, faziam o banquete da fartura. Se nas casas desses encontramos bem-estar, nas casas dos demais encontramos a morte fazendo sua macabra ronda. Mesmo que as palavras de Ciro pareçam carregadas de “piedade” (“Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé, o Deus do céu, entregou-me todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um templo em Jerusalém, na terra de Judá”), diante delas devemos exercitar uma certa suspeita ideológica e teológica, a fim de afirmar que não há gratuidade nos gestos do império babilônico. Por trás de cada um dos gestos do imperador Ciro é possível identificar intenções e movimentações de ordem política e econômica contra os povos subjugados.

A pesquisa sobre a província de Yehud somente pode ser compreendida dentro do seu contexto e, portanto, não tratada isoladamente, como se existisse no vácuo. Outros importantes desenvolvimentos sociais, políticos e religiosos ocorreram fora da província dentro da Síria–Palestina. Yehud fazia parte de um distrito administrativo maior, *eber nahara*, que, por sua vez, fazia parte do império persa.

Cataldo (2003), de certa forma ressoando Grabbe (2004), afirma que, ao invés da formação de uma "estrutura política essencialmente nova", a sociedade de Yehud operava dentro e sob a infraestrutura da instituição política estabelecida pelo Império Persa. E, nesse sentido, deve-se pensar em um duplo contexto, ou seja, o contexto que inclui a organização, a administração e a economia do império persa, e o contexto que inclui a geografia física e humana da Palestina e da região. Becking (2001, p. 76), por sua vez, elabora sua pesquisa a respeito desse período a partir do conceito de “longa duração”, afirmando que o retorno não deve ser considerado como um evento momentâneo, e sim um processo. Grabbe (2004, p. 20) ressalta a importância desse período dizendo: “O tempo do império persa foi um período extremamente importante para o desenvolvimento da história e da religião do Segundo Templo (razão pela qual esta história começa com os persas e não com Alexandre)”.

O período persa é marcado pela potencialização da miséria e da exploração, mas também por um período de florescimento de grande parte da literatura da Bíblia Hebraica. Todavia, aqui se encontra uma questão crucial: se a província de Yehud era tão pequena e pobre, como poderia sustentar a atividade literária atribuída ao período persa? Haveria em meio à pobreza sistêmica uma elite social e religiosa?

O artigo pretende descrever o contexto social e político interno de Yehud a fim de reconstruir o cenário socioeconômico da província. A realização da presente pesquisa acontece a partir do diálogo com historiadores de Israel e da Palestina, historiadores sociais, arqueólogos, exegetas e biblistas, visando compor o embasamento teórico a respeito do tema pesquisado. Na construção do referencial acentuam-se os seguintes autores: Carter (1999, 2003), Finkelstein (2008), Finkelstein e Silberman (2018), Tunnerman (2001), Kessler (2013) e Becking (2011).

Dividir para melhor tributar: a economia em primeiro lugar

É provável que as limitações e práticas econômicas básicas conhecidas do final da Idade do Ferro tenham prevalecido no período persa. Isto significa que a estrutura econômica básica da província era tributária por natureza. Os impostos eram extraídos dos cidadãos de Yehud, principalmente em espécie, e depois passados para a elite urbana e para os cofres imperiais. A economia tributária fazia parte da realidade cultural da Idade do Ferro tanto em Israel quanto em Judá. No entanto, até a queda dos dois "reinos", a maior parte do tributo tinha como destino os interesses nacionais. O que mudou com o período persa não foi a exigência do tributo, mas o destino final desse tributo: no período neobabilônico e persa, a economia se baseava no "modo de produção tributário estrangeiro". A mudança, portanto, de um cenário econômico em que o intercâmbio era realizado em espécie para um que era principalmente monetário foi gradual (CARTER, 1999, p. 281).

O império foi dividido em regiões denominadas satrapias (GRABBE, 2004, p. 132) que eram administradas pelos denominados sátrapas, geralmente um nobre persa ou medo, nomeado pelo imperador. A satrapia, uma unidade político-administrativa básica em torno da qual o Império funcionava, teve sua origem com o rei medo Quiaxares. Contudo, o modelo foi aperfeiçoado por Dario I (TUNNERMANN, 2001, p. 20), dando ao seu vasto império uma organização definitiva. A quantidade de satrapias é objeto de estudo e debate. De acordo com Cazelles (1986, p. 218), podia-se contar 31 satrapias no fim do reinado de Dario. Mas Heródoto (apud GRABBE, 2004, p. 133), por volta do ano 450 a. C., conhecia somente 20, cada uma delas com um sátrapa.

Os sátrapas, embora fossem governantes quase autônomos, dos quais dependiam os governadores locais, eram severamente fiscalizados por comandantes militares. Perante o rei, eram diretamente responsáveis por uma complexa burocracia e por um sistema de inspetores itinerantes que, igualmente, prestavam contas ao soberano (BRIGHT, 2004, p. 447). Os comandantes militares, por sua vez, recebiam o curioso título de "olho do rei" — ainda que o rei não estivesse presente, o povo sabia que ele seria

informado de suas ações — e supervisionavam desde o pagamento de tributos até o modo como as rebeliões eram suprimidas. E, ao fazer isso, também fixavam o valor do tributo que cada região dominada deveria pagar. Dentro de regiões bem definidas, eles tinham mais poder do que os sátrapas. O maior articulador da política persa estava, naturalmente, nas mãos do rei. Grabbe (2004, p.133) justifica a unidade do império justamente a partir do rei:

A pessoa e o cargo do rei eram muito importantes. Apesar da revolta ocasional, a figura do rei nunca foi seriamente ameaçada. O rei emitia ordens regulares que se esperava que fossem obedecidas (e normalmente eram). Ele tinha seus espões e observadores, com os sátrapas sujeitos a inspeções periódicas; além de sua autoridade moral e tradicional, o rei era a fonte potencial de grande riqueza e honra para aqueles que o serviam bem. Um meio eficaz de controle estava na rivalidade entre os vários sátrapas e os oficiais que disputavam sua atenção e favor. Qualquer um que parecesse estar se desviando dos desejos do rei provavelmente seria rapidamente denunciado por outro sátrapa ou alto funcionário. A maioria daqueles que lideraram revoltas foram denunciados ao rei por um apoiador ou colega em algum momento.

Yehud é localizada na denominada satrapia “Além do rio”, ou seja, Trans-Eufratênia, que incluía o conjunto da Síria e da Palestina. Para Gottwald (1988, p. 402), não está claro se desde o início Judá tinha o *status* de província separada ou ficava sujeita à autoridade da província da Samaria; ao menos até o tempo de Neemias. A reorganização levada a efeito por Dario I colocou todas as satrapias em pé de igualdade jurídica. Isso significava que todas deviam pagar tributos. Judá era apenas uma pequenina província ou subprovíncia de um império gigantesco que abrangia virtualmente todo o mundo, dentro do alcance visual do homem do Antigo Testamento. Grabbe (2004, p. 154) é bem claro ao definir a relação político-econômica entre os governadores de província e o rei:

Como a maioria das províncias, o administrador principal de Yehud era um governador nomeado pelos persas, responsável por manter a ordem e verificar se o tributo era pago. O governador era provavelmente nomeado pela comunidade local na maior parte do tempo, mas não podemos ter certeza de que o governador era sempre judeu. Em qualquer caso, ele tinha pouca dúvida sobre suas principais funções, que incluíam especialmente certificar-se de que a quantia especificada do tributo fosse paga.

Medinah é um termo encontrado no aramaico imperial e usado nas chancelarias persas para designar uma província pequena ou grande (HAYES;

MILLER, 1990, p. 552). Ela dificilmente poderia ter uma área maior que 2.500 ou 3.000 quilômetros quadrados. A província geralmente era dividida em nove distritos (*pelek*), sob o comando de um oficial denominado *sar* (Neemias 3,14). O distrito, por sua vez, era subdividido em meio distrito comandado por um oficial administrativo, também denominado *sar* (Neemias 3,9). Esse novo sistema administrativo trazia consequências irremediavelmente amargas para os nativos, pois eliminava a importância dos clãs e das famílias como unidades locais de decisão e de organização. Liverani (2005, p. 403), a respeito da província de Yehud, argumenta:

A província da Judeia estava dividida em nove distritos, sob o comando de um prefeito. Na capital, o autogoverno, sobretudo o judiciário, estava garantido por um colégio de anciãos encarregados de administrar os assuntos do cotidiano, porém as grandes questões legislativas e operacionais eram competência de uma assembleia da qual faziam parte todos os chefes de família da Judeia e da qual a participação era obrigatória quando convocada (Esd 10,7-8; Jz 20,1-2; 21,8-9).

De acordo com Briant (2002, p. 393), o método usado por Dario para determinar as fronteiras dos distritos e seus respectivos tributos era muito interessante: "por razões administrativas, as nações vizinhas foram reunidas numa só unidade e os povos mais remotos eram considerados como pertencentes a esta ou àquela nação, conforme a conveniência". Quanto ao tributo, os povos de uma província eram agrupados e contribuam juntos. Um distrito era principalmente uma combinação de povos vizinhos. O princípio de Dario quanto ao tributo era simples: cada comunidade no Império tinha que destinar parte de sua produção ao rei dos reis. Isso incluía também povos menos conhecidos, como os habitantes das ilhas do Golfo Pérsico, lugar para onde o rei costumava enviar aqueles que haviam sido retirados de suas casas durante a guerra. Kessler (2013, p. 209) recorda que a província era um pequeno território rodeado de províncias não judaítas e que nem todos os judeus estavam assentados em Yehud, e nem todos os habitantes de Yehud eram judeus. E Rossi (2018, p. 20) acrescenta que

O período persa foi, certamente, um período marcado por um violento processo de dominação e exploração. Todos os povos subjugados tinham que pagar tributo para que o poder persa central pudesse ser mantido. Isso significa que o poder mundial persa, ou a nova ordem mundial, se engajou numa "saudável" exploração do povo subjugado.

A exploração como fundamento do Império

No período persa encontramos um crescente nível de exploração dos povos subjugados e, entre eles, os judeus. Carter (2003, p. 259) é muito esclarecedor nesse sentido:

Nenhum estudioso do período persa duvida que a tributação e o tributo cobrado à população de Yehud pela política imperial contribuíram para as dificuldades econômicas de Yehud. Os textos bíblicos — tendenciosos como são — parecem refletir um mundo social marcado por uma economia de subsistência, diferenciação social e pobreza substancial. Diante destas condições tão reais, é provável que o pouco excedente que o povo de Yehud produziu rapidamente enchesse os cofres provinciais e imperiais.

A taxa de crescimento de juros, que, durante o reinado de Nabucodonosor, era da ordem de 10% ao ano, subiu para mais de 20% ao ano durante o reinado de Ciro e Cambises. No século V, as taxas alcançavam índices de 40% a 50% ao ano na Babilônia e na Pérsia (BECKING, 2011, p. 79) – e na Judeia os juros eram da ordem de 60% ao ano (TUNNERMANN, 2001, p. 55). Deve-se acrescentar que o aumento do comércio de escravos no Mediterrâneo nesse período foi consequência direta do processo de endividamento causado pelo sistema tributário persa (TUNNERMANN, 2001, p. 27): um sistema tributário que era inflexível (KESSLER, 2013, p. 223), ou seja, a satrapia deveria enviar à sede central uma soma fixa. Sociedades tributárias eram, essencialmente, não igualitárias e, nelas, apenas uma minoria poderia atingir posições de domínio político e econômico.

Deve-se ressaltar que a soma total do tributo e o fato de que ele deve ser entregue em metal nobre revela a violência desse sistema, haja vista que o sistema não levava em consideração a situação de penúria econômica da província e, muito menos, que na região não havia reservas naturais de metal precioso, obrigando, com isso, que os camponeses produzissem mais a fim de converter os produtos “in natura” em “metal” de muito maior valor agregado. Os persas estabeleceram o valor do tributo em ouro e passaram a aceitar o pagamento do tributo em moedas. Carter (2003, p. 408) é esclarecedor:

o período persa também viu a emergência da cunhagem da moeda e sua larga utilização dentro da economia. Vários lotes de moedas foram descobertos em todas as partes da Síria-Palestina, indicando um movimento gradual em direção a uma economia monetarizada e de série de casas de moeda locais.

A carga tributária que pesava sobre os ombros dos camponeses é apresentada pelo historiador greco-romano Heródoto. Seu relato nos indica que a Judeia devia pagar anualmente 350 talentos de prata como tributo (apud KIPPENBERG, 1988, p. 48). A conversão dos elementos nos trazem os seguintes dados: um talento valia o equivalente a 6 mil denários e, por sua vez, 1 denário era o equivalente ao pagamento de um dia de trabalho. Portanto, 1 talento correspondia a 6 mil dias de trabalho e, conseqüentemente, o tributo de 350 talentos a ser pago anualmente equivalia ao produto de 2,1 milhões de dias de trabalho no campo!

Para uma região eminentemente agrícola é possível imaginar o aumento da exploração que essa mudança proporcionava, pois a Judeia devia conseguir recursos para o pagamento do tributo a partir da venda de seus produtos. A necessidade de vender os produtos gerados no campo somente aumentava a capacidade de exploração a que eram submetidos os camponeses. Os moradores da Judeia não tinham nenhuma mina de prata de cuja exploração eles pudessem extrair o tributo exigido (KIPPENBERG, 1988, p. 50) e, por isso, o peso da administração dos valores recolhidos pelo Estado recaía totalmente sobre os agricultores. Isso significava que os camponeses tinham que diminuir o número de familiares que viviam da renda do campo e se especializar em produtos que davam mais lucro. Orofino (2000) enfatiza que a economia de Judá era centrada na agricultura de subsistência com excedentes na área de vinho, óleo e produtos pastoris. Sendo uma área de agricultura de subsistência, as famílias geralmente acumulavam pouco excedente de produção. Este excedente geralmente garantia o plantio da próxima safra e alguma reserva, caso houvesse uma quebra da futura safra. Deviam ainda guardar o necessário para o pagamento das taxas exigidas pelo império. Quase não havia comércio e apenas algumas famílias tinham excedente suficiente para adquirir alguns bens supérfluos.

Vivendo nesse precário equilíbrio econômico, as famílias dependiam muito das condições climáticas favoráveis. Infelizmente, as condições climáticas na Palestina favoreciam as quebras de safra, tanto por ausência de chuvas regulares quanto por pragas, tais como as de gafanhotos. Apesar destas quebras de safra, a máquina estatal precisava ser mantida. A quebra da safra

não significava automaticamente a isenção das taxas e impostos cobrados pelo império persa. Assim, quebras de safra geravam um consequente empobrecimento. Se a fome tem pressa, o mesmo poderia ser dito da fome do império pelos tributos! Para Cataldo (2003, p. 246) ao se manter um tamanho relativamente pequeno para a província de Yehud — reconhecendo que os padrões econômicos da área são consistentes com a agricultura mista e a criação de animais — parece que uma classificação do contexto mais amplo da sociedade deve ser a de uma sociedade baseada na sobrevivência.

A propagação da moeda diferencia o tempo do domínio persa das épocas anteriores. As primeiras moedas citadas no Antigo Testamento foram as dracmas persas de ouro (Esdras 2,69; Neemias 7,7-72), cunhadas pelo imperador da Pérsia depois de 517 a.C. A dracma de ouro pesava cerca de 8,4 g e o siclo de prata persa, 5,6 g. Essas moedas eram trocadas na proporção de 1 por 20, correspondendo à correlação de 1 por 13 entre ouro e prata (KIPPENBERG, 1988, p. 47). O dinheiro do rei tinha um valor maior em relação às inúmeras moedas locais, que eram cunhadas em prata. De acordo com Tunnermann (2001, p. 25-26), “havia três tipos de prata e a câmara de tesouro do rei sabia disso muito bem, pois somente avaliava o valor das moedas depois de pesá-las. O imposto, entretanto, baseava-se na prata pura”. A moeda de prata cunhada na Judeia, que pesava 2,08 g, era particularmente adequada para o pagamento dos mercenários. Para Heródoto, Dario teria sido o primeiro a fixar a contribuição que os povos teriam que pagar ao Estado. A razão para a cunhagem de moedas está ligada ao interesse do Estado em regularizar os tributos. Heródoto complementa dizendo que “Dario agia em tudo como um pequeno comerciante” (apud KIPPENBERG, 1988, p. 48). Fixou-se, portanto, um imposto base em prata, que cada proprietário teria que pagar ao imperador (cf. Neemias 5,4).

Através do tributo o império extraía uma parte da vida do povo camponês. E, para além do tributo, quase a totalidade das satrapias tinha que fornecer ao Império taxas fixas de cereais, cavalos, mulas, ovelhas, armas, eunucos, moças, meninos e alimentação para tropas aquarteladas na satrapia (DANDAMAEV, 1989, p. 180). Além dos impostos diretos, havia ainda vários direitos alfandegários e outras taxas, como taxas portuárias e comerciais, para navegar pelos canais e para usar os portos. O Império ainda tinha

poderes para recrutar pessoas para trabalhos na agricultura ou nas construções. E, como Neemias 5,14-18 parece indicar, os povos subjugados deviam ainda manter a chancelaria da satrapia e da província. Kessler (2013, p. 222) relembra que o vínculo mais forte entre a sede central e as províncias era a política tributária persa.

A dependência econômica e política dos judeus, nas pesquisas efetuadas por Gerstenberger (1996, p. 8), não evitava o crescimento de tensões sociais ou o avanço da urbanização e estratificação entre o povo. O que acontecia era bem o contrário: enquanto apenas alguns poucos membros da comunidade judaica conseguiam acumular fortuna e obter posições influentes, colaborando com os persas, a grande massa da população tinha que se contentar com uma existência pouco estável. Briant (2002, p. 810) reforça a noção de que a elite local tinha ligações fortes com a elite imperial (ou com parte dela). Essa talvez seja uma das razões para a dinastia local e, no geral, os regimes de clientela usufruírem tão longa vida: a autoridade persa ficou, até certo ponto, escondida atrás da pequena nobreza local, que foi incumbida da arrecadação local de tributo e impostos, com a consequência de que qualquer eventual descontentamento por parte dos camponeses se voltava para essa nobreza (como visto na Judá de Neemias).

Possivelmente estamos diante de um grupo que representa uma elite econômica e social que pertencia a um círculo muito próximo que gravitava ao redor do centro administrativo persa em Jerusalém. Neemias, nesse sentido, pode ser visto como um exemplo clássico de um homem de dois mundos, ou seja, pertencia aos colonizados — era um judaíta — assim como era um dos colonizadores, isto é, um oficial persa (POLASKI, 2012, p. 38). Finkelstein & Silberman (2018, p. 312) seguem essa mesma tendência:

Muitos especialistas concordam em que os reis persas encorajaram o surgimento de uma elite leal em Yehud, por causa da localização estratégica e sensível da província na fronteira com o Egito. Essa elite leal foi recrutada da comunidade judaica exilada na Babilônia e foi liderada por dignitários estritamente ligados à administração persa.

O império persa construiu uma organização administrativa muito rígida. Ao combinar um sistema melhorado de comunicações, de espionagem, de aparelhamento policial rígido, de serviço militar, de

construções e manutenção das estradas imperiais, do serviço dos correios, da cunhagem de moedas e de uma língua oficial única, o Império Persa atingiu considerável uniformidade (TUNNERMANN, 2001), constituindo-se num vasto império político que se tornava viável. Porém Grabbe (2004, p. 132) faz uma razoável advertência a esse modelo administrativo, deixando entrever suas possíveis fraquezas:

O governador de cada província era um poderoso semi-independente, geralmente um persa de alto escalão e muitas vezes um membro da família real. Esta estrutura organizacional era ao mesmo tempo uma grande força e uma grande fraqueza. O tamanho do império persa tornava impraticável um governo fortemente centralizado.

A província de Yehud

Quando da ascensão do império persa, a Palestina se encontrava em um estado de grave deterioração e despovoada como resultado das destruições ocasionadas pelos babilônios e, antes deles, pelos assírios. Liverani descreve a situação da seguinte maneira:

Os grupos de judeus que retornaram para a Palestina graças aos editos imperiais aquemênidas encontraram uma região que somente até certo ponto correspondia ao modelo que eles esperavam de uma terra vazia e disponível, pois abrigava grupos mais ou menos importantes de origem diversa. Tratava-se de comunidades camponesas que haviam permanecido em suas terras, ou seja, não foram deportados; tratava-se de deportados de outra procedência assentados na região desde a época assíria; tratava-se de povos limítrofes que haviam aproveitado o relativo vazio para se estender (as cidades costeiras) ou para se mudar (os edomitas); tratava-se, por fim, de grupos resultantes das mais diversas fusões (LIVERANI, 2005, p. 323).

A província de Yehud encontrava-se quase totalmente na região montanhosa da Judeia. Somente no nordeste é que ela se estendia um pouco pela planície do Jordão. Ali, era possível o cultivo do campo mediante a irrigação, enquanto na região montanhosa predominava o cultivo da terra por águas da chuva. Esse tipo de cultivo da terra trazia geralmente rendas menores, uma vez que não era possível uma irrigação regular (KIPPENBERG, 1988, p. 42). A base econômica era principalmente agrária. A produção era caracterizada principalmente pelo trabalho camponês livre, ou seja, os trabalhadores agrários não eram escravos, embora frequentemente fossem

dependentes no sentido de estarem presos à terra por lei ou por outras circunstâncias. A condição deles pode muitas vezes não ter sido melhor que a de escravo, mas seu *status* era tecnicamente diferente. Alguns possuíam suas próprias terras, embora muitos trabalhassem como diaristas nas diversas fazendas de propriedade da aristocracia e especialmente nas terras reais (GRABBE, 2004, p. 195).

Finkelstein e Silberman (2018, p. 354) atestam que Yehud era “uma província pequena, cobrindo principalmente as montanhas de Judá aproximadamente quinze milhas para o norte e para o sul de Jerusalém, com uma área não muito maior do que oitocentas milhas quadradas”, ou seja, tratava-se de um território bem menor do que a área de Judá no final do século VII a.C. Liverani (2005, p. 324) registra que, nessa época, em Jerusalém foi ocupada novamente a “cidade de Davi”, porém não a “Mishne de Ezequias”. E Grabbe (2004, p. 25) segue a mesma tendência ao afirmar que o reassentamento no início do período persa parece ter causado pouco impacto na arqueologia. A área assentada estava evidentemente confinada à antiga área da cidade de David e cobria não mais que cinco ou seis hectares, com o monte ocidental completamente livre.

Possivelmente, como afirmado acima, durante o período persa a província de Yehud estava limitada basicamente às montanhas com todas as desvantagens relativas que esta região tinha em comparação com algumas outras partes da Palestina, como Samaria. Grabbe (2004, p. 199) descreve da seguinte maneira a região:

A zona árida, centrada no Vale do Jordão, se amplia em direção ao sul, e Jerusalém está bem no seu limite. Grande parte do solo da parte judaica da região montanhosa é giz senoniano, que é fácil de cultivar e forma uma boa base para rotas de viagem, mas não é particularmente fértil. A região da estepe chega ao norte até Hebron, embora o cultivo se estenda ao sul até Beersheva, na parte oeste da região. Um dos lugares mais desolados é a região selvagem da Judéia, que se estende ao longo do lado ocidental do Mar Morto. Sua proximidade com Jerusalém e outros centros populacionais, no entanto, fez dela um lugar acessível de refúgio para fugitivos ao longo da história. Há oásis em En-gedi e Jericó e algumas nascentes ao longo da costa também permitiram assentamentos significativos. A área de Yehud era de aproximadamente 2000 km² (ou cerca de 1287 km). A área coberta pela província podia ser dividida em quatro grandes nichos ecológicos: as encostas ocidentais, a região montanhosa central, a orla do deserto e o deserto judaico.

Também são importantes na determinação da extensão e estrutura da província de Yehud os selos e impressões de selos. A importância dos selos reside em duas razões: seu padrão de distribuição nos diz algo sobre a extensão da província e suas inscrições dão informações sobre alguns dos governadores e outros funcionários administrativos provinciais. O padrão de distribuição dos selos e impressões sugere algumas das cidades que podem estar na província e que são, provavelmente, os centros administrativos mais significativos. Carter (2003) cataloga selos Yehud em seis locais: Ramat Rahel; Tell en-Nasbeh (Mizpah); Mosah; Jerusalém; Jericó e En-Gedi (apud GRABBE, 2004, p. 137). Carter (1999, p. 267) apresenta um resumo dos vários tipos e da distribuição das impressões de selos datados do período persa e apresenta os seguintes dados:

quatro locais foram responsáveis por 94% dos selos descobertos até o momento. Mais da metade das impressões vêm de Ramat Rahel (54%), quase um quarto vem de Jerusalém (22%), e aproximadamente um sexto deles foram descobertos no Tell en-Nasbeh (14%). Jericó responde por 19 selos, um mero 4% do total.

Dada a importância relativa desses sítios, parece claro que não se poderia rapidamente hierarquizá-los relativamente à sua importância. Caso o fizéssemos, chegaríamos a uma possível conclusão de que Ramat Rahel, a apenas 4 km ao sul de Jerusalém, seria mais importante do que a capital da província, ou seja, Jerusalém. Pode-se, no entanto, argumentar que tanto Ramat Rahel quanto Tell en-Nasbeh funcionaram como importantes centros administrativos, talvez para a coleta de bens em espécie ou outros itens tributáveis.

Embora as fronteiras precisas da província não possam ser delineadas a partir dos dados atuais, temos uma ideia razoável de aproximadamente onde elas estavam. Yehud incluía alguns territórios do antigo território de Benjamin, com a fronteira norte em algum lugar ao redor de Betel. A fronteira leste estendia-se até a Jordânia e o Mar Morto, aparentemente incluindo Jericó e En-gedi. A maior parte do Sefelá foi excluída no oeste, com Gezer, Azeca, e Lachish fora da província. A fronteira sul tomou Beth-zur e poderia ter incluído Hebron (embora esse local tenha sido abandonado durante o período persa).

População

A questão relativa à população é ainda movida por amplos debates que passam pelos números superlativos apresentados pelos textos bíblicos, pelo historiador do primeiro século Flávio Josefo até as pesquisas mais recentes em demografia. E, de acordo com Finkelstein (2008), mesmo após os mais recentes resultados das escavações demonstrando que o assentamento foi limitado à Cidade de Davi, muitos continuam a se referir a Jerusalém como a cidade fortificada, com sua numerosa população!

A lista registrada em Esdras 2 e Neemias 7 apresenta o número de aproximadamente 42 mil para aqueles que supostamente retornaram durante o tempo de Zorobabel e Josué. Estimativas mais antigas normalmente aceitam o testemunho do texto bíblico e de Flávio Josefo, que geralmente supõe números altíssimos também para outras épocas. Por exemplo, as declarações de Josefo de que a menor aldeia da Galileia tinha 15 mil habitantes (Guerra 3.3.2 §43) e que cerca de 1,1 milhão de pessoas foram mortas no cerco final de Jerusalém em 70 d.C. foram muitas vezes tomadas pelo valor nominal para estimar a população do país naquela época. Weinberg (apud CARTER, 1999, p. 285) sugeriu, por sua vez, que a população da província era de cerca de 200 mil habitantes antes do advento do primeiro retorno em 539 a.C. Hayes e Miller sugerem que a população de Jerusalém no período persa seria de aproximadamente 10 mil pessoas (1990, p. 522).

No entanto, a utilização de métodos modernos de análise demográfica, que envolvem, entre outros, análise espacial, capacidade de presença populacional, abastecimento de água e o estabelecimento de uma população co-eficiente, levou os pesquisadores a números mais baixos. Liverani (2005) assume a posição de que os assentamentos em geral eram modestos, e estariam documentados em Samaría (VI), Siquém (V), Ramat Rahel (IV B) e em alguma fortaleza/residência como as de Tell el-Hesi e Laquish (I). Becking, reforçando essa tese, afirma que “Yehud foi povoado menos densamente do que durante o período monárquico” (2011, p. 77).

Encontramos certa abundância de ânforas com a típica marca *yhd* (nome da província persa da Judeia). Também é produzida uma reocupação da bacia média do Jordão (Deir Alia VII; Tell es-Saidiya II) e alguma presença nas margens do

deserto de Judá (Jericó, Tel Goren IV). Os cálculos arqueológicos mais recentes da população da Judeia alcançam números muito baixos (sobretudo se comparados com os dados bíblicos de quase quarenta mil repatriados): cerca de doze mil pessoas no período de 550-450, dezessete mil para o período de 450- 330 (LIVERANI, 2005, p. 324).

Grabbe (2004, p. 144), seguindo Carter e Lipschits, salienta que os mais recentes estudos de demografia indicam não mais de 30 mil para o período persa como um todo. Quase 90% dos locais eram habitados por menos de 300 pessoas. Estes dados demonstrariam que Yehud era formada principalmente por pessoas que viviam em aldeias agrícolas sem muros, sendo Jerusalém a única área urbana de tamanho significativo.

A população de Jerusalém no período persa II estava entre 1250 e 1500 habitantes, ou entre 6 e 7,3% da população de Yehud, segundo Carter (1999). Lipschits (apud FINKELSTEIN, 2008, p. 503) segue na mesma linha chegando a 1500 habitantes. Carter (2003) apresenta números diferentes. Para ele, Jerusalém, com cerca de 3 mil pessoas, tinha aproximadamente 10% dos habitantes da província que a habitavam (CARTER, 2013, p. 199). E, ao se referir à possível população de uma pequena Jerusalém, Carter afirma que, nas sociedades agrárias, as comunidades urbanas representavam uma proporção relativamente pequena da população total, geralmente menos de 10%, mas eram responsáveis por uma grande variedade de funções sociais, políticas e religiosas. Nessas comunidades urbanas, a especialização artesanal é onipresente; elites com diferentes funções concentradas nessas comunidades, apoiadas em grande medida pela extração de excedentes de camponeses das aldeias vizinhas (1999, p. 287). Todavia, o próprio Finkelstein (2008, p. 518) representa outra tendência: “calculando a população de acordo com o coeficiente de densidade amplamente aceito de 20 pessoas por dunam — um número que pode ser muito alto para o que parece ter sido um monte escassamente povoado, chega-se a uma população estimada de 400-500 pessoas, ou seja, c. 100 homens adultos”. As descobertas arqueológicas indicando que no período persa Jerusalém era uma pequena aldeia não fortificada reforçariam a tese de Finkelstein.

Como a maioria das pessoas trabalhava na agricultura de subsistência, a alfabetização em Judá provavelmente não teria sido maior do que em outras áreas do império persa. Provavelmente não mais do que 5%, no

máximo, poderia ler até mesmo textos simples, e muito menos poderia ler narrativas extensas. O que não é surpreendente, pois pouco material textual estaria disponível para a grande maioria da população (GRABBE, 2004, p. 154).

Grupos sociais

Com uma economia agrária, a grande maioria dos judeus estava comprometida em algum tipo de subsistência relacionada à agricultura (BECKING, 2011, p. 77). Os padrões econômicos em Yehud, afirma Carter (1999, p. 255), quase certamente permaneceram constantes com aqueles conhecidos da Idade do Bronze e do Ferro, ou seja, uma economia agrária e pecuária mista baseada na chamada "Tríade Mediterrânea", isto é, grãos, vinho e azeite. As áreas ao redor de Jerusalém — imediatamente ao norte, sul e oeste — tradicionalmente são aquelas em que a produção de azeite é lucrativa.

Provavelmente não havia muita diferenciação social entre a classe camponesa em tempos de relativa normalidade. A maior parte da agricultura parece ter sido feita por famílias individuais em pequenas propriedades. É provável que seu estilo de vida e status tenham sido muito parecidos, fossem eles donos de suas próprias terras ou locatários. Porém, em situações de exceção, como apontado em Neemias 5, as mulheres pobres, ao reclamarem, invocam a tradicional solidariedade interna ao grupo. O apelo que as mulheres fazem é baseado na ideia de não diferenciação, realçado pelo uso das expressões “irmãos” (5,1) e “mesma carne” (5,5) (BECKING, 2011, p. 80). Possíveis exemplos de pobreza são encontrados em Ageu 1,2-11; 2,15-19, que relata a fome, a miséria, a seca e a futilidade geral com a preocupação do povo com seus próprios assuntos e com o fracasso na reconstrução do templo, e Neemias 5.

Um pouco mais baixo na escala social estariam os trabalhadores e diaristas itinerantes, conhecidos por referências em algumas das coleções de leis que provavelmente datam do período persa (por exemplo, Dt. 24.14-15). Como mostra Neemias 5.2-5, aqueles que possuíam terras poderiam ter que vendê-las para pagar dívidas e assim se tornarem locatários. Presume-se que a próxima etapa seria se tornar um trabalhador contratado, embora isso não seja especificamente mencionado aqui. A pior situação era vender a família

ou a si mesmo para a escravidão, como registrado em Neemias 5,5. Estamos diante de comunidades que eram em grande parte economicamente fracas, isto é, famílias que tinham ido à falência, como resultado de pesada carga tributária, ou que corriam o risco de perder sua independência econômica. Rossi conclui que “no início e durante grande parte do período persa, Judá foi o mais pobre, o menos populoso e o mais isolado dos territórios ao redor” (2018, p. 20). Como já foi possível observar, o processo de empobrecimento e de exploração acontecia de forma dupla. A primeira forma de exploração era externa: o Império Persa que dominava a Judeia neste período. A segunda forma de exploração era interna: os ricos comerciantes ligados às famílias dos chefes dos sacerdotes que controlavam o templo e o país. Carter (2003, p. 408) confirma essa situação: “a Síria-Palestina era marcada por uma economia baseada na vila. Suprimentos agrícolas eram extraídos do campo para sustentar tanto a elite urbana quanto a infraestrutura persa mais ampla”.

O povo, de fato, se encontrava numa situação incômoda. E Kessler (2013, p. 212) ressalta que todos os elementos de endividamento, empobrecimento e miséria que são observados no período monárquico tardio encontram-se também no período persa, indicando o aumento do empobrecimento. Inúmeros textos bíblicos parecem ilustrar essa tendência exponencial da miséria: Isaías 58,6-7 apresenta os presos, escravizados, famintos, pobres, apátridas e desnudos; o profeta Malaquias, por sua vez, registra os que defraudam o trabalhador e oprimem o órfão e a viúva, e violam o direito do estrangeiro (Mal 3, 5); e o grau de miséria nos níveis mais baixos da sociedade é evidenciado em Jó 24.

Os nobres não são descritos, mas aparecem em vários pontos do livro de Neemias de uma forma consistente com o documento de Elephantina (Ne 2.16; 4.8,13; 5.7; 6.17; 7.5; 13.17). Quem constituiu os nobres não é discutido, mas pode ser presumido. Eram sem dúvida aqueles que possuíam considerável riqueza e eram vistos como os líderes comunitários (GRABBE, 2004, p. 172). Kessler (apud BERQUIST, 2007, p. 142) descreve a elite colonial da Yehud como uma “elite transplantada geograficamente”. Nesse cenário teríamos, portanto, uma elite que se deslocou para um território subpovoado e se estabeleceu como a força sociopolítica hegemônica dentro da região, controlando suas instituições sociais, políticas e econômicas. Porém, é

necessário salientar que a hegemonia da “elite transplantada” é frequentemente alcançada e mantida através de apoio político e econômico externo, nesse caso, do governo persa. Os repatriados do exílio da Babilônia, conforme a concepção de Kessler (2013, p. 216), tornam-se parte da classe superior e o antagonismo entre a classe superior e inferior equivaleria, ao menos parcialmente, ao existente entre os que retornam e os que haviam permanecido no país. A classe superior se aproveitava da miséria extrema em que vivia a maior parte da população. Na província de Yehud os que pertenciam à classe superior e os repatriados eram praticamente os mesmos. Carter (1999, p. 256-257) nos apresenta algumas possibilidades para se perceber a maneira pela qual a elite urbana se apresentava:

- A presença de vasos palestinos locais tanto em Yehud como ao longo da costa mediterrânea atesta o comércio agrícola, pelo menos dentro da província siro-palestino do império persa;

- Vários dos principais sítios em Yehud evidenciam o comércio e o contato com a Grécia e com áreas sob o controle Aquemênida;

- En-Gedi, Jericó, Tell en-Nasbeh e Jerusalém estavam entre os principais locais da província e aqueles com as porcentagens mais elevadas da elite e da crescente classe comerciante;

- Tanto as impressões do selo como as moedas tornam mais evidente que a província de Yehud e sua economia gozaram de um nível significativo de autonomia ao longo de todo o período persa.

Conclusão

As pesquisas contemporâneas não permitem superdimensionar a Yehud na época do Império Persa. Os dados indicam que era uma província pequena e com uma economia de subsistência rural. Uma época que pode ser considerada de enorme miséria que atingia a grande maioria dos habitantes da província. No entanto, não se deve descuidar que a situação da província atingia de forma diferente as pessoas, separando-as entre aquelas que viviam na miséria e aquelas que integravam a pequena elite urbana. Trata-se de um período que ainda requer muita investigação, principalmente aquela relacionada à capacidade de produção literária na pequena Yehud.

Referências

- BECKING, B. *Ezra, Nehemiah, and the Construction of Early Jewish Identity*. Tubingen: Mohr Siebeck, 2011.
- BERQUIST, J. L. *Approaching Yehud: News Approaches the Study of the Persian Period*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.
- BRIANT, P. *From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire*. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2002.
- BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2004.
- CARTER, C. E. *Syria-Palestine in the Persian period in near Eastern archaeology*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2003.
- CARTER, C. E. *The Emergence of Yehud in the Persian Period: A Social and Demographic Study*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1999
- CATALDO, J. Persian Policy and the Yehud Community During Nehemiah. *JSOT*, v. 28, n. 2, p. 131-143, 2003.
- CAZELLES, H. *História política de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- DANDAMAEV, M. A. *A political history of the Achaemenid Empire*. Leiden: E. J. Brill, 1989.
- FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia desenterrada: A nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FINKELSTEIN, I. Jerusalem in the Persian (and Early Hellenistic) Period and the Wall of Nehemiah. *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 32, n. 4, p. 501-520, 2008.
- GERSTENBERGER, E. *Leviticus*. Louisville: Westminster John Knox Press, 1996.
- GOTTWALD, N. K. *Introdução socioliterária à Bíblia hebraica*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- GRABBE, L. L. *A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period*. London: T&T Clark, 2004. v. 1.
- HAYES, H.; MILLER, J. M. *Israelite and Judaeon history*. Philadelphia: Trinity Press International, 1990.
- KESSLER, R. *Historia social del antiguo Israel*. Salamanca: Sígueme, 2013
- KIPPENBERG, H. G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- LIVERANI, M. *Mas Allá de la Biblia: Historia Antigua de Israel*. Barcelona: Critica, 2005.

OROFINO, F. *A Anistia de Neemias: Uma Leitura de Ne 5 à Luz dos decretos de Anistia dos reis Mesopotâmicos*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2000.

POLASKI, D. Nehemiah: Subject of the Empire, Subject of Writing. In: KALIMI, I. *New Perspectives on Ezra-Nehemiah: History and Historiography, Text, Literature, and Interpretation*. Indiana: Eisenbrauns, 2012.

ROSSI, L. A. S. *Sapienciais: sabedoria a favor da libertação*. São Paulo: Paulus, 2018.

TUNNERMANN, R. *As reformas de Neemias: a reconstrução de Jerusalém e a reorganização de Judá no período persa*. São Paulo: Paulus, 2001.

RECEBIDO: 30/05/2020
APROVADO: 07/07/2020

RECEIVED: 05/30/2020
APPROVED: 07/07/2020